

O teatro no Porto do vintismo – função, festa e liberdade

Conceição Meireles Pereira¹

Introdução

Palco da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, o Porto manteve-se atento ao processo de construção constitucional que se seguiu, o vintismo, situação política vivida em Portugal desde a revolução até à primavera de 1823, durante o qual entrou em vigor a primeira a Constituição do país (1822), logo abolida no seguimento do golpe absolutista da Vila-Francada.

A única sala de espetáculo do Porto, o Teatro de S. João², constituiu um espaço de efervescentes manifestações de júbilo liberal e contestação das ameaças de regresso à ordem anterior, reagindo de imediato aos acontecimentos políticos através da realização de numerosas «festas patrióticas», que este estudo visa analisar com base em textos da imprensa periódica portuense, já que, além de descreverem os espetáculos, tecem algumas considerações sobre a arte cénica e a sua relação com a evolução política.

Como lembra L. F. Rebello, «a metáfora do teatro como espelho» da realidade «é transversal a toda a história da arte», mas não a duplica, «interpela-a, interage com ela, representa-a, significa-a»³. Tal interação torna-se patente em tempos de tensão nacional, pois dado o carácter social do fenómeno teatral, como evidencia

1. Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Email: mcoelho@letras.up.pt.

2. «Nos primeiros 30 anos da sua existência foi o único teatro em funcionamento no Porto». CRANMER, 2020: 149.

3. REBELLO, 2010: 13-14.

Marco de Marinis, o nível de teatralidade coletiva aumenta nos momentos de crise, isto é, a turbulência social e política clama ou produz a teatralização⁴.

Na ambiência romântica de inícios de Oitocentos, com a germinação das ideias antiabsolutistas e eclosão das revoluções liberais, o teatro foi simultaneamente espaço e veículo das novas sensibilidades e ideologias, meio de propaganda e legitimação do poder vigente, produtor de factos políticos e escola de virtudes, expressão dos sentimentos e produção improvisada ou concertada de manifestações cívico-políticas. O espetáculo não decorria apenas no palco, a participação do público era fundamental para cumprir o objetivo de celebração de valores e conferir à função, sobretudo quando de festas nacionais e representações patrióticas se tratava, o cariz de aprovação e união popular, não obstante a diferenciação social, em torno de princípios e temas liberais que abjuravam o despotismo e a tirania.

1. O Teatro de S. João do Porto – o liberalismo sobe ao palco (1820-1822)

No Porto foram celebrados diversos eventos festivos da vida de D. João VI, designadamente no Teatro Príncipe, que viria a denominar-se Teatro de S. João, inaugurado em 31 de maio de 1798⁵, mas no período vintista as funções laudatórias da regeneração ganharam destaque, não obstante as rivalidades entre as duas Companhias residentes: «Todos os episódios da vida constitucional são motivo de espetáculo» num «constante despique de patriotismo constitucional entre os empresários [que] contaminava de modo superficial o repertório, com os dramas adjetivados de liberal, constitucional, heroico, etc.»⁶. Postulava-se a

4. MARINIS, 1987: 77.

5. CAMÕES, 2020: 113, 116. O Teatro S. João foi a casa partilhada de duas Companhias — a Italiana e a Portuguesa — a primeira dedicada ao canto lírico, dirigida por Francisco Nicolini, e a segunda sobretudo ao declamado, sob a direção de Caetano Manuel de Sousa Mesquita Barros, «irreduzíveis nas suas pretensões de antagonismo» (CAMÕES, 2020: 129), personalidades distintas e «rivais quer pelo patrocínio quer pelo apreço das figuras locais em posições do poder e do público em geral» (CRANMER, 2020: 175).

6. CAMÕES, 2020: 140, 146.

ação benéfica da cultura teatral na sociedade, acreditando-se que o Porto já ia tendo «o conhecimento do valor da influência das Belas Artes na Ordem Social»⁷.

A par da comemoração das datas alusivas à vida dos membros da família real e das conquistas liberais e seus protagonistas — muitas vezes presentes e homenageados nas funções teatrais⁸ —, celebrava-se a própria cidade regeneradora, bastião da nova ordem liberal e defensora da liberdade, como veiculado no discurso da imprensa periódica. Aliás, tais festejos civis e militares eram protagonizados por várias personalidades e associações, mobilizavam numeroso público e decorriam em diversos lugares da cidade ao longo do dia, sendo a noite reservada aos espetáculos teatrais, que começavam pelas 20 horas ou um pouco mais tarde.

Logo em 27 de agosto de 1820 ter-se-á realizado nesse Teatro a sessão gratulatória dos acontecimentos, onde foi cantado o «Hino Patriótico» do jovem Garrett, escrito dois dias antes e logo impresso para esse fim⁹. O diário «Correio do Porto» publicou na sua quinta edição a letra do «Hino Constitucional»¹⁰, frequentemente cantado no Teatro do Porto, e na seguinte deu à estampa um soneto de António Álvares da Cruz — «Dedicado aos Heróis Restauradores da opressa Pátria no memorando dia 24 de Agosto de 1820, e recitado no Real Teatro de S. João, na noite do dia 28 do mesmo, perante a Junta do Supremo Governo Provisório do Reino»¹¹.

É de sublinhar a constante referência a hinos e poemas, muitos deles transcritos, certamente para que a população memorizasse as suas letras, tendo em vista o seu poder mobilizador. Embora não fosse inédito a inclusão de hinos nos repertórios teatrais anteriores, tudo leva a crer que estas composições de teor patriótico, que surgiram abundantemente no período vintista, ganharam maior relevância e frequência nos espetáculos teatrais, designadamente com a

7. «Borboleta dos Campos Constitucionais», 26 mai. 1821: 2.

8. O general Cabreira, por exemplo, agradeceu aos portuenses o generoso acolhimento, designadamente no Teatro, onde «lhe prodigalizaram as maiores demonstrações de uma sincera, e pura amizade». «Borboleta dos Campos Constitucionais», 24 mai. 1821: 2.

9. MONTEIRO, 1971: 186.

10. «Correio do Porto», 2 out. 1820: 2.

11. «Correio do Porto», 3 out. 1820: 2. É provável que esta tenha sido a data do primeiro espetáculo de comemoração dos sucessos da Revolução do Porto e não o dia 27 como referiu Ofélia Paiva Monteiro (ver nota 9).

orquestra a acompanhar e, muitas vezes, cantados pela totalidade de atores no palco e o público de pé, propiciando momentos de entusiasmo galvanizante.

A função de 12 de outubro solenizou o aniversário do príncipe D. Pedro, obedecendo à organização dos espetáculos representados à época, quase sempre compostos por um elogio, uma peça dramática e uma farsa, além dos imprescindíveis hinos. Abriu com o elogio *A luz do novo horizonte*, no fim do qual o retrato do rei apareceu entre nuvens, cantando-se depois o «Hino Patriótico com muito entusiasmo», seguiu-se o drama *O Tirano da Escócia*, «mui digno da cena pela sólida moral que ensina», e terminou com uma farsa¹². Como em todas as representações de exaltação nacional, o teatro estava decorado com especial cuidado, a iluminação era aumentada e a tribuna régia patenteada para mimetizar a presença real.

Uma das últimas funções patrióticas de 1820 efetuou-se no domingo 27 de outubro, revestindo-se de particular significado. Os comerciantes do Porto organizaram um dia de festejos em agradecimento pela «união dos dois governos» (ocorrida há um mês), facto que punha termo aos «receios de uma guerra civil», permitindo consolidar «a grande obra da salvação da Pátria, tão gloriosamente começada nesta cidade, heroico berço de empresas grandes». A Companhia Portuguesa obsequiou o Corpo de Comércio dedicando-lhe o divertimento dessa noite, «que começou por um novo elogio dramático intitulado *O Comércio Reanimado*. O espetáculo deu inteira satisfação; e com inteira satisfação de todos acabou o dia»¹³.

Mais prolixos em informações sobre aos espetáculos do Teatro do Porto são os jornais que João Nogueira Gandra publicou a partir de 1821: «Borboleta dos Campos Constitucionais» (89 números entre 12 de maio e 25 de agosto de 1821); «Borboleta Constitucional», que continuou a numeração do anterior até ao n.º 295 (até 31 de dezembro de 1822); e «Borboleta Duriense», com 144 edições saídas entre 2 de janeiro e 30 de junho de 1823.

Além de liberal convicto, tipógrafo industrioso, escritor de grande parte dos textos dos seus jornais (embora sem assinar) e autor de poemas patrióticos, era um dos acionistas do Teatro de S. João e amante da arte cénica. Inclusive na loja do «Borboleta», sita na Rua de Santo António n.º 25, vendiam-se bilhetes e estavam disponíveis diversos materiais impressos produzidos na Tipografia

12. «Correio do Porto», 13 out. 1820: 1.

13. «Correio do Porto», 28 out. 1820: 1.

do Gandra (listas dos acionistas para preparar a eleição dos administradores, programas, libretos, etc.).

É certamente da sua autoria o longo e comovido artigo *Confiança Pública*, que marca posição relativamente à liberdade que reclamava para a representação teatral¹⁴. Aí expressou o seu entusiasmo pela demonstração de confiança que o novo governador de armas do Porto, general António Lobo Teixeira de Barros, acabara de dar ao povo da cidade. Até então, o Teatro do Porto «estava em degradação de frequência, pelo modo inquisitório com que militarmente se guardava a sua plateia», isto é, todo o espetáculo era vigiado por sentinelas armados e, mais do que uma vez, dentro do teatro «se dispararam casualmente armas carregadas com bala», além dos espectadores sofrerem o vexame de serem repreendidos por um soldado que lhes questionava o direito de aplaudir ou reprovar a representação, o que afugentava «pessoas respeitáveis» que corriam o risco de passar a noite na cadeia; por isso, «os sucessos felizes da Pátria levaram muitas pessoas a Lisboa», em cujos teatros, ao levantar do pano, as sentinelas se retiravam. Foi este «desprezo ao Teatro do Porto» que o governador aboliu 36 horas após assumir o cargo, pois chegado pela primeira vez ao Teatro ordenou que as sentinelas se retirassem ao Corpo da Guarda no salão da entrada (para aí e no exterior reprimir eventuais tumultos). A propósito do tema, Gandra tecia outras considerações com interesse para a temática em estudo:

De que serviam sentinelas, se com vergonha se tolerava que pessoas curiosas, e indiscretas gritassem e ordenassem que tais, e tais famílias cantassem nos camarotes as coplas dos hinos, que como as variedades das modas se multiplicam em todas as ocasiões de regozijo público? Com que direito se julgava repreensível e castigável a vozeria contra o ator ou peça má sobre o teatro, e se havia de tolerar a vozeria contra as pacíficas famílias nos camarotes?

Na realidade, nada parece ter posto termo a tais situações, já que no calor do espetáculo os remoques da plateia para os camarotes não seriam raros. De toda a forma, concluía Gandra, amante da liberdade com ordem como bom

14. «Borboleta dos Campos Constitucionais», 27 mai. 1821: 2-4.

liberal: «já não temos calabouço: temos uma casa de reunião de família como nos países policiados»¹⁵.

A primeira representação patriótica no Teatro de S. João do ano de 1821 decorreu no domingo 13 de maio, celebrando o aniversário de D. João VI, com «bastante ajuntamento» e canto do «Hino Nacional». A seguir ao elogio *O Júbilo do Porto e da América* representou-se o drama *Os Mouros da Espanha*¹⁶, prevendo-se a repetição do espetáculo com igual pompa nos dias 14 e 15¹⁷.

Nos inícios de agosto (dias 5 e 6) coube à Companhia Italiana protagonizar o regozijo público pelo regresso do monarca: o elogio ficou a cargo de Giuseppa Secchione e o «Hino Nacional» foi «cantado só pelos atores sobre o Teatro, com acompanhamento da orquestra, para que se arranjou, música em lugar das bandas militares». Além de um dueto de dança, interpretou-se a ópera *Tancredo* (de Rossini, como a maioria das peças operáticas do seu repertório¹⁸).

Aproximava-se o aniversário da Revolução de 24 de Agosto e, a crer no jornal de Nogueira Gandra, reinava uma certa apatia na organização da sua comemoração apenas quebrada poucos dias antes da efeméride, embora então com grande impulso. O periódico publicou nesse dia uma edição comemorativa, em que se destacava a letra da «Ladainha Constitucional» e «Hino da Regeneração em honra do Grande Dia 24 de Agosto» — nenhum identificava a autoria, mas do segundo informava-se: «A letra, música e canto é de patriotas particulares.»¹⁹ Na edição seguinte publicou a letra do hino «Congratulação Nacional ao Memorável Dia 24 de Agosto», «cantado no Teatro, e na Praça da Constituição, no Porto; na ocasião do festejo público, no aniversário daquele dia»²⁰. Mas não foi só isto que aconteceu no S. João. Foi recitado um

elogio alusivo ao assunto da Regeneração de que a principal figura era a sombra de Gomes Freire! Cantaram-se hinos do Sr. João Ribas, e do Sr. António Luís de Abreu, e deram-se incessantes vivas aos

15. Foi publicada uma «adição» a este artigo para suprir um lapso injusto: a retirada das sentinelas da plateia fora previamente acordada com o desembargador encarregado da polícia e ministro do Teatro, José Joaquim de Almeida Araújo Correia de Lacerda. «Borboleta dos Campos Constitucionais», 2 jun. 1821: 1-2.

16. Sem identificação da autoria, como acontece na maioria das vezes.

17. «Borboleta dos Campos Constitucionais», 14 mai. 1821: 4.

18. CRANMER, 2020: 167-168.

19. «Borboleta dos Campos Constitucionais», 24 ago. 1821: 2-3 e 4, respetivamente.

20. «Borboleta dos Campos Constitucionais», 25 ago. 1821: 4.

*grandes assuntos da Regeneração. Seguiu-se a representação do drama sério Tóttila com que o divertimento há acabado. A armação do Teatro era rica, e o aparato e riqueza dos concorrentes fez, de toda a festa pública, uma parte interessante. O edifício estava exteriormente iluminado, e cheias as suas janelas de bandeiras e sinais de diversas cores*²¹.

A 1 de outubro de 1821, o S. João solenizou o aniversário do «dia em que houve a cordial união dos dois Governos, a saber o de Lisboa com o que se havia instalado no Porto em o memorável dia 24 de Agosto de 1820», com um divertimento patriótico em que se previa cantar o hino acabado de compor pelo príncipe D. Pedro («Hino Constitucional», mas por vezes apresentado sob outras designações) e no final da função (pelas 23h30), além de girândolas de foguetes e música marcial, subiria no Largo da Batalha o balão que havia sido preparado para 15 de setembro na Praça da Constituição, mas cuja ascensão fracassara: «As janelas do Teatro que são disponíveis e que olham para o dito largo se franquearão às senhoras que estiverem nos camarotes.»²²

D. Pedro terá sido homenageado em dois espetáculos de outubro de 1821: o que solenizou o seu aniversário a 12, fazendo então os atores portugueses um esforço muito superior às suas «débeis forças» para levar à cena um novo elogio, o hino da sua autoria, «uma interessante peça, versos dedicados a S. A. R.» e uma armação nova; e o do dia do seu nome, a 19 (S. Pedro de Alcântara), sobre o qual não se encontraram mais informações²³. No mesmo mês, no dia 26, foi celebrado o aniversário de seu irmão Miguel, homenageado com um monólogo «com ótimos versos», a comédia *Eduardo III, Rei de Escócia* e a farsa *A Trapeira*, prevendo-se cantar o hino da autoria de D. Pedro, «cujas letras serão com antecedência distribuídas na plateia»²⁴. Para 4 de novembro preparou-se

21. «Borboleta Constitucional», 27 ago. 1821: 5. Não se conseguiu confirmar se o espetáculo se repetiu por 3 dias, como anunciado no n.º 85 (21 ago. 1821) 3. Por sua vez, a edição de 29 de agosto de 1821 foi integralmente dedicada aos festejos da comemoração do 24 de Agosto na capital através de transcrições dos jornais «Patriota de Lisboa», «Astro da Lusitânia», «Gazeta Universal» e «O Português Constitucional Regenerado».

22. «Borboleta Constitucional», 1 out. 1821: 5.

23. «Borboleta Constitucional», 8 out. 1821: 4; «Borboleta Constitucional», 16 out. 1821: 4.

24. «Borboleta Constitucional», 26 out. 1821: 4.

um espetáculo relativo ao dia do nome da rainha e ao aniversário natalício do infante D. Sebastião²⁵.

Em 1822 ficou patente o despique entre as duas Companhias do S. João na representação de divertimentos patrióticos. Num anúncio, o diretor da Companhia Portuguesa dizia pertencer à Italiana a celebração do aniversário da princesa Leopoldina, contudo os portugueses tinham preparado um espetáculo para o dia seguinte «dedicado ao mesmo assunto; e para o que não se têm poupado a despesas»²⁶. Tal duplicação aconteceu também no aniversário de Carlota Joaquina, celebrado pela Companhia Portuguesa a 25 de abril e pela Italiana no dia seguinte²⁷, assim como no 55.º aniversário de D. João VI, comemorado a 13 de maio pela Italiana e a 14 e 15 pelos portugueses²⁸. Este tríduo revestiu-se de «pompa e esplendor»: no primeiro espetáculo «houve um ajuntamento que se pode chamar diplomático» dada a riqueza e o luxo dos assistentes, nos outros destacou-se a nova armação do Teatro, «o assunto patriótico da peça, o canto dos hinos, e vivas correspondentes»²⁹.

No início do ano realizara-se a comemoração do aniversário da instalação das Cortes Constitucionais, em cujo quarto dia de festejos, a par da cuidada celebração nos Paços do Concelho, a Companhia Nacional montou um espetáculo, onde além do bom desempenho do drama *Gustavo Adolfo nas Minas da Dalecária*, se cantaram «com muito entusiasmo» o hino de D. Pedro e o «Hino Constitucional» do italiano Carlo Coccia. No elogio apareceu o retrato do rei, que suscitou vivas e aplausos «de maior arrebatamento». A «pompa deste espetáculo» ter-se-á ficado a dever ao zelo do diretor da Sociedade Nacional, que «tem sabido granjear a

25. «Borboleta Constitucional», 31 out. 1821: 4.

26. «Borboleta Constitucional», 22 jan. 1822: 4; «Borboleta Constitucional», 23 jan. 1822: 4.

27. A primeira levou à cena o elogio *O Templo da Fama*, a comédia *O Dia dos Anos de Frederico II* e a farsa *O Vinagreiro*, com distribuição de peças poéticas e canto do hino de D. Pedro; a segunda representou um elogio com o retrato da rainha, a dança *A Rede de Vulcano* e a ópera de Rossini *Isabel de Inglaterra*. «Borboleta Constitucional», 24 abr. 1822: 4; «Borboleta Constitucional», 25 abr. 1822: 4.

28. No dia 13, ao elogio musical seguiu-se a ópera *Demétrio e Políbio* (Rossini) com um novo bailável no intervalo; nos dias 14 e 15, depois de um elogio musical, representou-se o drama *Os Verdadeiros Heróis ou os Regeneradores da Pátria*, cantaram-se os hinos do Porto, de António Joaquim, e o de Lisboa, de Coccia, e subiu um balão aerostático no Largo da Batalha com vista dos camarotes, atração que no último dia foi substituída pela farsa *As Presumidas Ridículas*. «Borboleta Constitucional», 11 mai. 1822: 4.

29. «Borboleta Constitucional», 18 mai. 1822: 4.

estima pública, pois que o convite às autoridades, e pessoas condecoradas desta cidade, tornou mais sério este ajuntamento»³⁰.

Mas outros eventos foram solenizados nesse ano no palco do S. João. Um deles, imprevisível, prendeu-se com a conspiração falhada contra o rei, cuja notícia chegou ao Porto a 6 de junho, e logo no seguinte o teatro encheu-se de populares e autoridades, «gritou-se por tribuna real aberta, por entoação de hinos, e pela aclamação dos vivos aos altos objetos da religião, Congresso Nacional, rei e regeneradores». Nos intervalos houve idêntico júbilo, «recitaram-se peças de poesia, e no meio do maior contentamento finalizou o espetáculo». A Companhia Portuguesa deu novo espetáculo no dia 9 e Nicolini não quis ficar atrás: «como verdadeiro português, e conseqüentemente interessado em todos os memoráveis sucessos que cada vez mais firmam, e consolidam o magnífico edifício da nossa regeneração política» anunciou para o dia 10 a celebração do «feliz descobrimento da conspiração horrível tramada em Lisboa»³¹.

Depois da celebração do dia do nome do monarca (24 de junho), os atores portugueses prepararam funções para 3 e 5 de julho em comemoração do 1.º aniversário do seu regresso ao país. Na primeira foi representado o drama alegórico *O Despotismo Agrilhado* com duas grandes cenas: a foz do Tejo no momento da esquadra que conduzia o rei — «Empenhar-se-á a possível verosimilhança, e os maiores esforços para que a cópia do quadro tenha a possível analogia com a realidade» — e o surgimento da real efígie «e a maneira porque o Despotismo é impedido de pôr em prática seus infames projetos». Após o hino, e aberta a régia tribuna, seguiu-se o drama *A prepotência punida*, finalizando com a farsa *Os Tolineiros*. A festa nacional de 5 de julho, relativa ao juramento do rei ao Congresso (feita neste dia por pertencer o antecedente à Companhia Italiana) abundou em demonstrações de amor e respeito ao monarca «e da maior adesão à causa da Pátria»³².

Em agosto, o 2.º aniversário da Revolução do Porto seria solenizado em três funções: no dia 24, o drama constitucional *Lealdade, Valor, Independência* terminaria com uma nova cena «em tudo igual àquela que os portuenses presenciaram no sempre memorável dia 24 de Agosto de 1820», a 25 previa-se a representação

30. «Borboleta Constitucional», 2 fev. 1822: 4.

31. «Borboleta Constitucional», 10 jun. 1822: 2, 4. No dia 7, o próprio Nogueira Gandra recitou no Teatro o poema «Improvisto» que, a instância de amigos, publicou na edição n.º 134, 13 jun. 1822.

32. «Borboleta Constitucional», 1 jul. 1822: 4; «Borboleta Constitucional», 5 jul. 1822: 4.

da peça heroica *As Clemências de Tito*, e a 26 o drama *A pedra de toque dos servís*. Para estes espetáculos foi anunciado o novo hino do professor António Joaquim Nunes, feito expressamente para esta função, bem como o hino «da Baía e todos aqueles que o povo mais tem aplaudido», além da largada de pombas da cúpula do anfiteatro, trazendo pendentes peças poéticas alusivas ao assunto solenizado³³.

Após um período de obras inadiáveis, o S. João preparou três aparatosas funções para os dias 3, 4 e 5 de novembro em solenização do juramento da nova Constituição. No primeiro dia previa-se a representação do elogio *O Triunfo Constitucional* e do drama *Antígono em Macedónia*, preenchendo os intervalos canções patrióticas e peças poéticas; no segundo, além de um novo elogio, o cartaz integraria o drama *Zulmira*, além do «Hino Constitucional» e um dueto pelas irmãs Secchione; e, no terceiro, o elogio *Lísia regenerada* e a peça heroica *Artaxerxes rei dos Persas*. Os hinos seriam tocados pela banda militar e a iluminação triplicada³⁴.

Em matéria de galas patrióticas, o S. João fechou o ano com a celebração da instalação das Cortes Ordinárias «com dois dias de pomposo espetáculo». A 1 de dezembro destacou-se a representação de *Os falsos carvoeiros* — «poucas peças há de tanto aparato, e de tão difícil desempenho», com parte do vestuário e do cenário renovados; o dia seguinte teve como novidade a comédia *A Floresta de Hermansatd*³⁵. Por outro lado, deu-se a tão desejada reunião das duas Companhias (a que temporariamente se veio juntar outra de dança), pondo fim a questões como as preferências em dias santos e de festas nacionais.

2. O progressivo esmorecimento do júbilo liberal no palco do S. João (1823)

O ano de 1823 começou de forma idêntica aos anteriores, mas em poucos meses a situação alterar-se-ia. Teve lugar a solenização do aniversário da instalação das Cortes Constituintes com funções nos dias 26, 27 e 28 de janeiro, destacando-se no terceiro o elogio *O Juramento de Marte* de José Maria da Costa e Silva (representado

33. «Borboleta Constitucional», 17 ago. 1822: 4.

34. «Borboleta Constitucional», 30 out. 1822: 4.

35. «Borboleta Constitucional», 29 nov. 1822: 4.

dois anos antes no Salitre) e a nova comédia *Camila no subterrâneo*³⁶. Para 6 de fevereiro, aniversário da aclamação de João VI, preparou-se nova gala (comédia *Frederico II rei da Prússia*) mas os registos da imprensa levam a crer que o espetáculo do dia 10, em benefício do diretor das Companhias Reunidas, Mesquita Barros, teve maior brilhantismo, sendo louvado como um cidadão «assíduo em fazer desenvolver o patriotismo nos dias de festa nacional»³⁷.

Ainda em fevereiro, o Porto empenhou-se nos festejos do 2º aniversário do juramento de D. João VI, no Rio de Janeiro, à Constituição que as Cortes fizessem. O diário «Borboleta Duriense» deu destaque ao programa das Sociedades Patrióticas da cidade (Patriótica Portuense, Patriótica Instrutiva da Juventude e a recém-instalada Sociedade Patriótica Marte) e no Teatro prepararam-se funções alusivas ao tema para os dias 26 e 27³⁸. Tudo indica que esta comemoração tenha tido suscitada pela revolta pró-absolutista do Conde de Amarante em Trás-os-Montes iniciada em 23 desse mês — interna e externamente a vaga liberal começava a ser contrariada.

O jornal de Gandra não cessou então de publicar notícias, textos e poemas a condenar tais pretensões de tirania; veja-se o curioso texto *Teatro do Mundo. Grande Função* em que essa sublevação é comparada a um espetáculo teatral, cuja «sinfonia» se intitulava «A Rebeldia de Vila Real», sendo «regente de orquestra» o Conde de Amarante³⁹. Publicou um soneto de João Eduardo de Abreu Tavares, que se insurgia contra a revolta de Silveira, recitado na referida função de 26 de fevereiro, bem como um poema de Nogueira Gandra e outro de João Luís Correia declamados no espetáculo de 31 de março (do qual não há referências) e ainda os «Versos Patrióticos» de José Vitorino Freire da Fonseca Cardoso, também recitados no Teatro S. João (sem indicação da data do espetáculo mas publicados em 22 de abril).

Na solenização das efemérides ditas constitucionais, os tributos ao monarca assumiam-se cada vez mais encomiásticos, vejam-se os concorridos festejos patrocinados pelas Sociedades Patrióticas e as funções relativas ao seu aniversário natalício (13 e 14 de maio) onde se manifestou «o maior regozijo público, apesar

36. «Borboleta Duriense», 22 jan. 1823: 4; «Borboleta Duriense», 31 jan. 1823: 4. Devido ao temporal de 27 e 28 houve repetição parcial a 2 de fevereiro.

37. «Borboleta Duriense», 10 fev. 1823: 4.

38. «Borboleta Duriense», 25 fev. 1823: 4.

39. «Borboleta Duriense», 26 mar. 1823: 4.

do espetáculo não merecer o melhor aplauso»⁴⁰. Logo a 15 desse mês, a função destinou-se a celebrar a reunião das Cortes Gerais, com um elogio sugestivamente denominado *O Engano agrilhado pelo valor Nacional, ou o inconstrastável carácter do génio do Porto* onde no fim se mostraria o retrato do rei ao som do «Hino Patriótico», seguindo-se a representação de um «novo drama constitucional intitulado *O Príncipe Arrependido*» (de Fernando José de Queiroz), repetido no dia 19 e muito aplaudido pelo público, o que demonstrava «a firmeza de sentimentos patrióticos de que se acham animados os ilustres habitantes da cidade regeneradora». Era visível o empenho do diretor do Teatro em levar à «cena novos dramas verdadeiramente *úteis e agradáveis*, por sua analogia com o sistema político da Nação e do rei»⁴¹. A evolução política contrarrevolucionária não o permitiu, todavia.

Conclusão

Após a Vila-Francada, o Porto e o seu Teatro envolveram-se nos festejos da «aclamação» de D. João VI, com «três noites destinadas a celebrar tão fausto motivo», ocorrendo a primeira a 8 de junho⁴². Significativamente, um novo «herói» foi tributado no S. João — Gaspar Teixeira, na sua passagem pela cidade a 22 de junho — apresentado como «alto defensor dos direitos do rei e da Pátria»⁴³, depois de ter sido um dos implicados na Martinhada e braço-direito de Silveira na revolta contrarrevolucionária do norte do país. As duas galas seguintes previstas para o Teatro de S. João centravam-se na figura do monarca⁴⁴, que representava agora um absolutismo «moderado»: o conceito de regeneração, epíteto associado à Revolução de 1820, era substituído pelo de restauração, entenda-se dos valores ligados ao regime absolutista.

Em clima de restrição de liberdades — suspensos os trabalhos das Cortes Ordinárias, proibidas as sociedades secretas pelo decreto contra os pedreiros

40. «Borboleta Duriense», 13 mai. 1823: 4; «Borboleta Duriense», 15 mai. 1823: 3.

41. «Borboleta Duriense», 6 mai. 1823: 4; «Borboleta Duriense», 24 mai. 1823: 4.

42. «Borboleta Duriense», 10 jun. 1823: 4.

43. «Borboleta Duriense», 21 jun. 1823: 4; «Borboleta Duriense», 25 jun. 1823: 4.

44. «Borboleta Duriense», 23 jun. 1823: 4; «Borboleta Duriense», 30 jun. 1823: 4. A função de 24 de junho visava a solenização do dia do nome do soberano, e a de 3 de julho celebraria o seu regresso do Brasil, incluindo um hino novo (música de António Joaquim Nunes e letra de José António de Almeida) «oferecido à Feliz Restauração do Trono e da Pátria».

livres e agravados os mecanismos censórios, entre outras medidas —, o jornal de Nogueira Gandra, que se publicava já desde 19 de junho sob «licença da Comissão de Censura», não conseguiu eximir-se do novo ímpeto persecutório, terminando a publicação no final desse mês.

No plano político e cultural, a condenação expressa e livre da doutrina absolutista era postergada para fases posteriores do longo e complexo processo de instauração do liberalismo em Portugal.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- «BORBOLETA Constitucional». Porto. 90 (27 ago. 1821) 5.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 119 (1 out. 1821) 5.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 124 (8 out. 1821) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 131 (16 out. 1821) 2-4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 140 (26 out. 1821) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 144 (31 out. 1821) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 19 (22 jan. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 20 (23 jan. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 29 (2 fev. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 94 (24 abr. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 95 (25 abr.1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 109 (11 mai. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 114 (18 mai. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 131 (10 jun. 1822) 2 e 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 146 (1 jul. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 150 (5 jul. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 185 (17 ago. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 246 (30 out. 1822) 4.
«BORBOLETA Constitucional». Porto. 270 (29 nov. 1822) 4.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 2 (14 mai. 1821) 4.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 11 (24 mai. 1821) 2.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 13 (26 mai. 1821) 2.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 14 (27 mai. 1821) 2-4.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 18 (2 jun. 1821) 1-2.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 88 (24 ago. 1821) 2-4.
«BORBOLETA dos Campos Constitucionais». Porto. 89 (25 ago. 1821) 4.

- «BORBOLETA Duriense». Porto. 17 (22 jan. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 25 (31 jan. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 33. (10 fev. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 46 (25 fev. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 70 (26 mar. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 102 (6 mai. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 107 (13 mai. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 109 (15 mai. 1823) 3.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 116 (24 mai. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 128 (10 jun. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 138 (21 jun. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 139 (23 jun. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 140 (25 jun. 1823) 4.
 «BORBOLETA Duriense». Porto. 144 (30 jun. 1823) 4.
 «CORREIO do Porto». Porto. 5 (2 out. 1820) 2.
 «CORREIO do Porto». Porto. 6 (3 out. 1820) 2.
 «CORREIO do Porto». Porto. 15 (13 out. 1820) 1.
 «CORREIO do Porto». Porto. 23 (28 out. 1820) 1.

Bibliografia

- CAMÕES, José (2020). *Teatro e Política: as primeiras décadas*. In CYMBRON, Luísa; VASCONCELOS, Ana Isabel, coord. *O Velho Teatro de S. João. Teatro e Música no Porto do Longo Século XIX (1798-1908)*. Porto: Edições Afrontamento; CESEM, pp. 113-146.
- CRANMER, David (2020). *Da inauguração aos alvares do Miguelismo: actividades teatrais e repertórios do Teatro de S. João (1798-1827)*. In CYMBRON, Luísa; VASCONCELOS, Ana Isabel, coord. *O Velho Teatro de S. João. Teatro e Música no Porto do Longo Século XIX (1798-1908)*. Porto: Edições Afrontamento; CESEM, pp. 149-175.
- MARINIS, Marco de (1987). *Sociologie*. In HELBO, André *et al.*, dir. *Théâtre: modes d'approche*. Paris: Méridiens Klincksieck; Bruxelles: Éd. Labor, pp. 77-89.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva (1971). *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Formação*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, vol. 1.

PEREIRA, António Joaquim da Silva (1992). *O Vintismo — história de uma corrente doutrinal*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

REBELLO, Luís Francisco (2010). *Três espelhos: uma visão panorâmica do teatro português do liberalismo à ditadura (1820-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

TORGAL, Luís Filipe Reis; ROQUE, João Lourenço, coord. *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. 5. de *História de Portugal*. Dir. José Mattoso.

VERDELHO, Telmo Santos (1981). *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.